



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90059/2024

Objeto: Execução de Capa Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), de Pavimentação Asfáltica com CBUQ, de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD) e de Pavimentação em Bloco Intertravado de concreto (bloquete), em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Ceará – REGIÃO SUL.

OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa ELO CONSTRUCOES LTDA, CNPJ nº 02.411.308/0001-55, contra a decisão de anulação do item 04 do Edital 90059/2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90059/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é Execução de Capa Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), de Pavimentação Asfáltica com CBUQ, de Pavimentação Asfáltica em Tratamento Superficial Duplo (TSD) e de Pavimentação em Bloco Intertravado de concreto (bloquete), em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Ceará – REGIÃO SUL.

O item 4 foi anulado pelo pregoeiro tendo em vista vício de origem constatado quanto à divergência entre o item 11.1.3, “b” do Edital e o item 9.2, “a” do Termo de Referência, em afronta à Súmula 275 do TCU, sendo a divergência insanável, fazendo-se necessária a anulação do certame com fulcro na Súmula 473 do STF, conforme relato do pregoeiro no sistema.

Tempestivamente, a empresa ELO CONSTRUCOES LTDA registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso para o item 04.

Não houve registro de contrarrazões.

RECURSO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para o referido item, em suma, a recorrente alega que a Codevasf poderia ter tomado medidas retificadoras, mantendo o certame ativo, afirmando que poderia ter-se convalidado a informação do Termo de Referência em prevalência da constante no Edital nº 90059/2024.

Em seu recurso, a empresa ELO CONSTRUCOES LTDA alega que:

“ 2. A Súmula 275 do TCU e a Insanabilidade do Vício
A Súmula 275 do TCU trata da necessidade de consistência entre o edital e o termo de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

referência, contudo, não determina que toda e qualquer divergência configure automaticamente vício insanável. No caso em questão, é plausível que se realize uma retificação administrativa do edital, garantindo a continuidade do certame, em vez de proceder à anulação direta.

(...)

Diante do exposto, requer:

1. A revisão da decisão de anulação, com a análise de que em outros processos anteriores deste órgão, lia-se que em divergência do termo de referência pelo edital, usar o segundo como prioridade;”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

A qualificação econômico-financeira está prevista no artigo 58, III, da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais). A exigência de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo, bem como de índices contábeis (liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral) iguais ou superiores a 1, têm como objetivo garantir a segurança nas contratações da Codevasf. Isso exige do licitante não apenas capacidade financeira para atender ao valor mínimo exigido, mas também uma gestão eficiente de seu ciclo financeiro, que comprove sua solvência e liquidez adequadas.

Assim, o objetivo principal da licitação é obter a proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando os normativos legais, garantindo ampla competitividade entre os licitantes e assegurando a segurança econômica e financeira do futuro contrato.

Em relação ao critério econômico-financeiro, a escolha de exigência de capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias é mutuamente exclusiva, vedada a cobrança cumulativa, conforme disciplina o Tribunal de Contas da União, a saber:

“Súmula 275, TCU:

Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, **de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo** ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.”(grifos nossos).”

No certame em análise, o item 9.2 do Termo de Referência exige registro de patrimônio líquido mínimo no valor de 10% do valor orçado pela Codevasf, por item. No entanto, o item 11.1.3, alínea b, do Edital nº 90059/2024 exige registro de capital social mínimo também no valor de 10% do valor orçado pela Codevasf, por item, conforme abaixo:

“11.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

(...)

- b) Registro de capital social mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf para cada item, não sendo de forma acumulativa.”

Edital nº 90059/2024

“9.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

a) Registro de patrimônio líquido mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf, por item.”

Termo de Referência - Edital nº 90059/2024

Conforme mencionado anteriormente na presente análise, é vedada pela SÚMULA 275 do TCU a cobrança cumulativa de Capital Social e Patrimônio Líquido mínimos no mesmo certame como critério de qualificação econômico-financeira. Ademais, essa dualidade foi percebida apenas quando o Edital já se encontrava em julgamento, restando, smj, intempestiva qualquer ação corretiva ou retificadora.

Em adição, no tocante ao assunto, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou quanto à possibilidade de a Administração anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, o que corrobora a conduta adotada pelo pregoeiro na situação apresentada.

“Súmula 473, STF:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.” **(grifos nossos)**

Além do exposto acima, o que já seria suficiente para se entenda pela manutenção da decisão do pregoeiro, destaca-se a inviabilidade da aplicação do entendimento apresentado pela recorrente quanto à possibilidade de prevalência da redação do Edital em caso de divergência com as previsões do Termo de Referência, tendo em vista que, conforme outros Editais publicados pela Codevasf com o mesmo objeto do presente certame, mas destinados a localidades diferentes (como exemplificado pelo Edital nº 90057/2024 – UASG 195006), a exigência estabelecida pela Administração trata do Patrimônio Líquido mínimo, conforme descrito no Termo de Referência, e não do Capital Social mínimo, como consta no Edital 90059/2024.

“11.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

(...)

b) Registro de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf para cada item, não sendo de forma acumulativa.

Edital nº 90057/2024

Por fim, faz-se importante destacar que a decisão do pregoeiro foi respaldada pela Assessoria Jurídica da Codevasf, a qual, após ser consultada por e-mail, concordou com a decisão de anulação do certame e publicação de novo Edital, endossando o entendimento relatado, ressaltando que o apontamento claro do TCU (Súmula 275) não deixa margem para atuação diversa.

Sendo assim, à luz do que foi apresentado, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**, visto que a anulação do certame se configurou como a conduta apropriada para a situação, com respaldo nas disposições legais aplicáveis e nas jurisprudências do TCU e do STF.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CONCLUSÃO

Diante do exposto e analisados os aspectos alegados pela recorrente, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa ELO CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ nº 02.411.308/0001-55, mantendo-se a decisão de anulação do item 04 do Edital nº 90059/2024.

Brasília/DF, 2024.

Assinado Eletronicamente
Victor Leopoldo Batista de Moura Cantalice
Pregoeiro Substituto – Decisão 1281/2024
(Comissão Permanente)